

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2025

Aos Acionistas, Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2025, juntamente com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, com o objetivo de divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Introdução: **1.1 A Transbrasiliana:** A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Triunfo Transbrasiliana”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, 451, centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria “B”, sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana. Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lideiras. São mais de 700 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lideiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Inicia-se no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e termina na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná. A rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebeu, em média, 25,4 milhões de veículos equivalentes no ano de 2025. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Trecho Rodoviário no 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DMSA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário retornam ao Poder Concedente. A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: • P1 - localizada no km 35+800, em Onda Verde; • P2 - localizada no km 98+900, em José Bonifácio; • P3 - localizada no km 183+800, em Lins; • P4 - localizada no km 268+100, em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais - BSOs: • BS01 - localizada no km 23+700, em Nova Granada; • BS02 - localizada no km 71+800, em São José do Rio Preto; • BS03 - localizada no km 122+500, em Ubarana; • BS04 - localizada no km 173+700, em Guaiçara; • BS05 - localizada no km 217+500, em Marília; • BS06 - localizada no km 278+300, em Ocaucu; e • BS07 - localizada no km 322+700, em Ribeirão do Sul.

1.2 Destaques do Ano: O exercício de 2025 foi marcado por um ambiente de baixo dinamismo da atividade econômica brasileira. De acordo com dados oficiais, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou leve retração de 0,02% em relação ao exercício anterior, refletindo um cenário de crescimento econômico limitado ao longo do período. No mercado de trabalho, a taxa média de desemprego em 2025 situou-se em 5,6%, frente a 6,6% em 2024, correspondendo a aproximadamente 6,0 milhões de pessoas desempregadas. Apesar da relativa estabilidade desse indicador, a renda das famílias permaneceu pressionada, em razão do desempenho moderado da atividade econômica e de condições macroeconômicas ainda desafiadoras. Esse contexto macroeconômico exigiu maior cautela por parte das empresas, com foco na eficiência operacional, no controle de custos e na gestão prudente de recursos, visando à preservação da liquidez e da sustentabilidade financeira. A seguir são apresentados os principais destaques de 2025. **1.2.1 Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas, projetos e ações que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. Alinhada a estes propósitos, a Companhia desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance* (ESG) e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). **1.2.2 Agenda Social:** A Triunfo Transbrasiliana envolve-se com causas e iniciativas relacionadas à agenda social e ao engajamento comunitário por meio de ações, projetos e programas que impactam positivamente seus profissionais e as comunidades lideiras e que contribuem para o desenvolvimento social. Dentre eles: • **Campanhas Educativas:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. • **Programa na Mão Certa:** desde 2015, a Companhia é signatária do *Pacto Empresarial pelo Fim da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes*, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves violações de direitos. • **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto “Agentes de Proteção”. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da empresa para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil. Em 2024, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100. • **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente. • **Violência Sexual Zero:** A Triunfo Participações e Investimentos – TPI, por meio de suas concessionárias, da qual a Triunfo Transbrasiliana faz parte, aderiu ao Movimento Violência Sexual Zero. Essa iniciativa, inédita no Brasil, visa à conscientização e o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. O movimento, que já reúne centenas de empresas, conta com o apoio da Childhood Brasil, Instituto Liberta, Vibra e Grupo Mulheres do Brasil. • **Educação para**

a Sustentabilidade: em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade, ocorrido em 2019, estimulou alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt. • **Programa SESI-SP Esporte:** a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no SESI-SP Esporte (Antigo PAF), do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em diversos municípios lideiros. Em 2025, a Triunfo Transbrasiliana renovou os convênios de cooperação técnica com os municípios de Campos Novos Paulista, Getulina, Lins e assinou com o município de Ocaucu. A parceria entre a Concessionária e o SESI-SP conta com mais de 1 mil alunos (entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos) que praticam diversas modalidades esportivas, como: basquete, capoeira, futebol, futsal e voleibol. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas. • **Um Freio na Fome e Operação Inverno:** alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lideiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os municípios lideiros são as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno, coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em 2025, foram mais de 11 toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Getulina, Guaimbé, Vera Cruz, Marília, Ocaucu, Campos Novos Paulista, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Ourinhos, Salto Grande e para o Lar Bom Samaritano de Lins – que cuida de pessoas em situação de rua -, além de 2200 cobertores para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade dos 22 municípios lideiros. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

• **Maio Amarelo:** a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia. • **Livro Pavimentação Asfáltica (formação básica para engenheiros):** em novembro de 2022, a Concessionária lançou a 2ª edição do livro “Pavimentação Asfáltica – Formação básica para Engenheiros”, que é referência em engenharia no país. A revisão e atualização da nova edição do livro só foi possível com Recursos de Desenvolvimento Tecnológico (RDT), da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. • **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiar a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões. • **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/9), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação. • **Troco Solidário:** O projeto Troco Solidário, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Lins, José Bonifácio e Icém, disponibiliza urnas identificadas nas quatro cabines das praças de pedágio da BR-153/SP para arrecadação de doações espontâneas feitas por motoristas. Todo o dinheiro arrecadado é revertido integralmente às instituições para auxiliar crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltiplas ou transtorno do espectro autista. Em parceria com Apaes de Icém, a empresa entregou, em 2024, um salão de beleza para os 60 assistidos da instituição. A entrega fez parte da segunda etapa do projeto “Troco Solidário”, na praça de pedágio de Onda Verde (km 35+800). O espaço conta com serviços de beleza e diversos itens e equipamentos de um salão convencional. Além de terem à disposição os serviços, os assistidos participam de oficinas em que aprendem a utilizar os equipamentos disponíveis, sempre com o acompanhamento de um profissional. • **Orquestra Sinfônica Jovem de Lins (OSJL):** se destaca no cenário cultural do interior paulista, realizando apresentações por todo o estado de São Paulo. A orquestra oferece oficinas gratuitas de violão, violino e violoncelo, e por meio de parcerias, disponibiliza uniformes personalizados para seus participantes. A OSJL tem como missão valorizar a cultura local e contribuir para o acesso à educação musical, beneficiando a comunidade com a oportunidade de integrar o grupo sinfônico. Desde 2013, a OSJL mantém projetos culturais de musicalização aprovados pelo Ministério da Cultura (Lei Rouanet/PRONAC), beneficiando mais de 200 alunos com aulas e a experiência de fazer parte de uma orquestra. A Concessionária apoia a OSJL com a divulgação dos eventos, alimentação e uniformização dos músicos, desde 2023. • **Programa Pró-Equidade:** desde maio de 2024, a Concessionária é parte integrante do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal, por meio do Ministério das Mulheres. Com a adesão ao programa, a empresa reforça seu compromisso com a sustentabilidade social como princípio e prática cotidiana, além de valorizar as diferenças como um ativo para a companhia. O Pró-Equidade de Gênero e Raça certifica as empresas que demonstram compromisso com a igualdade de gênero no mundo do trabalho e com a promoção da cidadania. • **Movimento Afaste-se:** em fevereiro de 2024, a Triunfo Transbrasiliana aderiu ao movimento “Afaste-se”, da Motiva (antiga CCR Rodovias). A iniciativa busca proteger os profissionais que atuam salvando vidas na prestação de atendimento médico, no socorro mecânico, na conservação e na sinalização das rodovias, com o objetivo de evitar acidentes. O evento oficial de adesão ao movimento aconteceu na Base da Polícia Rodoviária Federal - PRF de São José do Rio Preto, e contou com a participação de autoridades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, de Concessionárias que aderiram à iniciativa, além de representantes de entidades e instituições de segurança viária. A fim de incentivar as boas práticas ao volante sugeridas pelo movimento, a empresa lançou uma campanha educativa que reforçou junto aos usuários que ao perceber uma situação envolvendo qualquer tipo de atendimento nas rodovias, principalmente no acostamento, mude de faixa sempre que for possível e seguro ou reduza a velocidade do veículo em até 40 km/h a menos que o limite regulamentado para a rodovia. As equipes operacionais da Concessionária também participaram de um treinamento sobre o “Afaste-se”, no qual foi reforçada a importância de sinalizar corretamente os locais de ocorrências, a fim de minimizar os riscos de acidentes. Foram utilizados maquetes e brinquedos (como carros, caminhões, bonecos, cones de sinalização, entre outros) para simular, de forma lúdica, possíveis situações de ocorrências na pista. • **Compartilhe a Rodovia:** O projeto Compartilhe a Rodovia, realizado pela Triunfo Transbrasiliana e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), orienta ciclistas sobre segurança no trânsito, especialmente em rodovias. A ação distribui bolsas, coletes refletivos, óculos de proteção, squeezes e sinalizadores de LED para atividades noturnas, incentivando o uso correto dos equipamentos. Apesar de o Código de Trânsito Brasileiro permitir o ciclismo nas rodovias, as autoridades recomendam evitar esse tipo de trajeto devido aos riscos. Caso seja necessário utilizar o acostamento, é essencial que os ciclistas adotem medidas de segurança, como coletes refletivos e

sinalizadores, especialmente à noite, para garantir maior visibilidade e proteção. • **Repasse de ISSQN:** todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios lideiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar no 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo. Entre janeiro e dezembro de 2025, a Companhia repassou mais de R\$ 12 milhões de impostos às cidades lideiras. Para determinar o valor a ser destinado é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio. **1.2.3 Agenda Ambiental:** Assegurar a conformidade com a legislação vigente, usar recursos naturais de forma racional, gerir riscos relacionados à interação com ecossistemas. Esses são os compromissos de base da Política Triunfo de Meio Ambiente, que também enfatiza a busca por melhoria contínua do desempenho e o compartilhamento de responsabilidade pela conservação com toda a sociedade. Alinhada e estas diretrizes, a Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atrapelamento da Fauna (PMFAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lideiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2025, mais de 150 alunos de cinco escolas da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima. • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa “Multiplicadores em Educação Ambiental”. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor. • **Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do meio ambiente. • **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio e Bases de Serviços Operacionais. Além de estimular o descarte correto de gumbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. Em 2025, mais de 9 mil bitucas foram coletadas e recicladas. • **Projeto Transformar:** com o projeto socioambiental “Transformar”, a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, necessários e sacolinhas de câmbio (lixeiras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente. • **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 150 mil mudas de espécies nativas em uma área degradada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em lacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município lideiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição. Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação **1.2.4 Agenda de Governança:** A adoção das melhores práticas de governança corporativa fortalece os mecanismos de gestão de riscos dos negócios, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade da estratégia corporativa e reterea seu compromisso com a conduta ética e íntegra de operações e relacionamentos. Seguindo estas diretrizes, a Companhia: • **ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno:** A Concessionária é empenhada no cumprimento das disposições do seu Código de Conduta, Política Anticorrupção, Política Antissuborno de uma estrutura de Compliance e Governança Corporativa eficientes. Prova disso, é que a Companhia possui desde 2022 a certificação internacional ISO 37001 – Gestão Antissuborno. A empresa considera que os elementos primordiais para a sustentabilidade dos negócios são o seu compromisso com a ética, transparência, conformidade com as leis, regulamentações e padrões, nacionais e internacionais, aplicáveis às atividades. • **ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001:** Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. • **Programa Integridade Triunfo:** A Triunfo preza pela integridade e, para fortalecer ainda mais sua postura ética, transparente e idônea, implementou em todas as empresas que detêm 100% do capital, um sólido Programa de Integridade. Ele reúne importantes ações, como a reformulação do Código de Conduta, a elaboração da Política Anticorrupção Triunfo, além da criação do Canal Confidencial e do Comitê Triunfo de Integridade, responsável por gerir todas as questões relacionadas ao tema. **1.2.5 Prêmios e Certificações:** A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto “Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor”. A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações. • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Concessionária. • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações de defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025). • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público Interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018). • Reconhecida

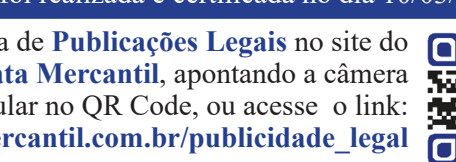
com selo da *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2018, 2019, 2021, 2022, 2023 e 2024). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista; • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região. • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo “Empresa Amiga” durante o evento “Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes”. O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100. • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto “Agentes de Proteção”, desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parcerias. • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os casos “Gestão de Contratos: Efetividade e Economia”; “Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito” e “Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho” durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – IntellJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos. • Reconhecida, em 2019, com o selo “Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada” pela Inteligência Jurídica – IntellJur. • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores. • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme “Mundo Sem Porteira”. Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores. • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância “Agentes de Proteção”. O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados. • A Companhia foi por seis anos consecutivos uma das cinco rodovias federais que melhor desempenharam atividades voltadas ao cuidado com o meio ambiente e às práticas de preservação, de acordo com o Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A Concessionária ficou em 1º lugar em 2020, 2021 e 2025, e em segundo lugar entre 2022, 2023 e 2024 no IDA. A premiação avalia indicadores de desempenho socioambiental e critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras de 15 Concessionárias. • Certificada, em 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia. • Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria “Responsabilidade Social” com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidos crianças e adolescentes no Brasil. • Desde 2015, por meio da Triunfo Participações e Investimentos – TPI, a Concessionária reporta anualmente o inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE alcançando o mais alto nível de qualificação no reporte dos dados, demonstrando dedicação, ética e integridade na monitoração e na transparência das informações. Com esses reportes, a empresa conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2023, na categoria Serviços, com sessões do filme “Eu tenho uma voz”. A Concessionária realizou 14 sessões e contou com a participação de mais de 800 espectadores; • Vencedora do Prêmio Via Viva, do Ministério da Infraestrutura, na categoria “Rodoviária, em 2021, 2022 e segunda colocada em 2023 e 2024. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes.

2. Contexto Setorial: 2.1 Receitas e Mercados: Ao longo desses anos de concessão, a Companhia vem enfrentando diversos desafios, dentre eles, mas não se limitando a: (i) atrasos nas revisões ordinárias previstas contratualmente; (ii) excesso de carga no pavimento, devido à exclusão de balanços do Contrato de Concessão pela Agência Reguladora; e (iii) ausência de reequilíbrio integral para a realização das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03, entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3), determinadas por decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança no 1007988-79.2017.4.01.3400, e firmados no contrato através da formalização do 4º Termo Aditivo, concluído em 20/12/2024. Portanto, as tarifas atualmente recebidas pela Transbrasiliana não reequilibraram integralmente o Contrato de Concessão. **2.2 Meios de Cobrança:**

Meios de Cobrança – mil	2025	2024	Δ%
Veículos Pagantes	11.188	11.043	1,3%
Manual	3.960	4.449	-11,0%
Automática	7.228	6.594	9,6%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos das operadoras Sem Parar, Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veleo, nas pistas automáticas (cobrança automática). O tráfego nas pistas manuais apresentou redução de 489 mil veículos equivalente a uma queda de 11,0%. Em contrapartida, o tráfego nas pistas automáticas registrou acréscimo de 634 mil veículos, correspondente a um crescimento de 9,6%.

3. Indicadores Operacionais: 3.1 Caracterização do Tráfego: 3.1.1 Volume: No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



continuação

previsto no contrato de concessão, ainda em função dos diversos fatores macroeconômicos que ocorreram ao longo do contrato de concessão e que possuem efeitos acumulados até a presente data. **3.2 Segurança do Trânsito: 3.2.1 Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo, tanto no exercício corrente quanto no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por Gravidade 2025

Acidentes por Gravidade 2024

O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por Tipo 2025

Acidentes por Tipo 2024

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.

Veículos Envolvidos 2025

Veículos Envolvidos 2024

*Combinação Veicular de Carga – CVC.

O gráfico abaixo demonstra o quantitativo de pessoas envolvidas em sinistros no trecho concedido da rodovia, evidenciando variação no número de ocorrências com vítimas fatais entre os anos de 2024 e 2025.

Envolvidos 2025

Envolvidos 2024

3.3 Dados de Operação da Concessão: 3.3.1 Veículos Alocados: Na tabela abaixo, são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação de dezembro de 2025. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor obtido pela divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. **Tipos de veículos alocados na concessão:**

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde./100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	28	8,71
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Apoio à Operação	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Carretinha/ Reboque	5	1,55
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	4	1,24
Manutenção TI	1	0,31
Conservação de Rotina	4	1,55
Apoio à Conservação Rotina	9	2,80
Veículo Administrativo	6	1,87
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	3	0,62
Rocada Mecânica	7	1,55
Manutenção Meio Ambiente	3	0,93
Veículo Diretoria	3	0,93
Veículo ANTT	2	0,62
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Transporte Rocada	10	3,11
Total de veículos de apoio	65	19,59
Total de veículos	93	28,30

3.3.2. Funcionários Alocados: São apresentadas na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro de 2025. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, foi acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Como o valor obtido pela divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise. **Tipos de funcionários alocados na operação da concessão:**

Tipo de Função	Quantidade	Qtde./VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	12
Supervisor de Tráfego	1	12
Analista Fx. Domínio	1	12
Analista de Operações	2	25
Assistente Operacional	2	25
Operador de Tráfego	51	626
Operador de Guincho Pesado	10	123
Auxiliar de Operações	7	86
Operador de CCO	9	110
Atendente de 0800	4	49
Médico	30	368
Enfermeiro	7	86
Socorrista	101	1.240
Total de pessoal Operacional	226	2.774
Coordenador de Arrecadação	1	12
Controlador de Pedágio	16	196
Agente de Pedágio	75	921
Auxiliar de serviços Gerais	4	49
Total de Pessoal de Pedágio	96	1.179
Total	322	3.953

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

3.4 Aspectos Financeiros: 3.4.1 Receitas (em R\$ mil): A seguir, apresentamos a receita da Concessionária em 2025 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

RS mil	2025	Acumulado
Receita com Pedágio	246.192	2.199.421
Receita extraordinária	4.970	63.731
Total	251.162	2.263.152

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2025, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

3.4.2 Investimentos (em R\$ mil):

RS mil	2025	Acumulado
Investimentos	78.989	1.108.660

3.4.3 Custos Operacionais (em R\$ mil):

RS mil	2025	Acumulado
Custos Operacionais	140.643	1.262.865

Tarifas de Pedágio: A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil):

Categoria	Categoria de veículos													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7	8	9	10	11
Rodagem	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla
Praça 1 – Onda Verde (Km 35,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 2 – José Bonifácio (Km 98,900)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 3 – Lins (Km 183,800)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10
Praça 4 – Marília (Km 268,100)	10,10	20,20	15,15	30,30	20,20	40,40	50,50	60,60	5,05	70,70	80,80	90,90	101,00	111,10

4. Desempenho Operacional: 4.1 Veículos Equivalentes Pedagiados:

Volume de Tráfego – mil	2025	2024	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	24.777	24.653	0,5%
Leves	7.475	7.293	2,5%
Pesados	17.302	17.360	-0,3%

Em 2025, foram pedagiados 24,7 milhões de veículos equivalentes, um aumento de 0,5% em relação a 2024.

Desempenho Econômico-Financeiro: 4.2 Valor adicionado: Em 2025, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 99,8 milhões, uma redução de 18,1% em relação a 2024, cujo valor adicionado foi de R\$ 121,9 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do reconhecimento de despesas indevidáveis referentes a exercícios anteriores, as quais impactaram negativamente a geração de valor no período.

4.3 Receita Operacional:

RS – mil	2025	2024	Δ%
Receitas de Pedágio	246.192	231.810	6,2%
Receitas Acessórias	4.970	5.457	-8,9%
Receitas de Construção (IFRS)	48.810	38.404	27,1%
Tributos incidentes	(21.604)	(20.341)	6,2%
Receita Líquida	278.368	255.330	9,0%
Receitas de Construção (IFRS)	(48.810)	(38.404)	27,1%
Receita Líquida Ajustada¹	229.558	216.926	5,8%

Exclui Receitas de Construção e Provisões¹. **Receita de Pedágio** – Em 23 de abril de 2025, foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, edição no 81, a Decisão SUROD No 437, que aprovou a 17ª Revisão Ordinária e o Reajuste da Tarifa de Pedágio (TBP). Em decorrência dessa decisão, a partir da zero hora do dia 03/05/2025, a tarifa básica de pedágio foi reajustada de R\$ 9,60 para R\$ 10,10. **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias totalizaram R\$ 4,9 milhões em 2025, registrando queda de 8,9% em relação a 2024, explicada especificamente pelo encerramento de um contrato. **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2025 e 2024 os valores de R\$ 48,8 milhões e R\$ 38,4 milhões, respectivamente. Nas concessões de infraestrutura a receita de construção é reconhecida sem margem, sendo mensuradas pelo valor dos custos incorridos, conforme o CPC 47 e a ICP 01 (IFRIC 12). **4.4 Custos e Despesas:**

RS – mil	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas	246.843	194.182	27,1%
Pessoal	34.877	35.499	-1,8%
Amortização intangível e ativos de contrato	70.303	54.836	28,2%
Serviços de terceiros	13.773	12.052	14,3%
Conserv. de revestimento vegetal	1.447	1.400	3,4%
Conserv. de pavimento flexível	7.021	6.803	3,2%
Serviço de atendimento hospitalar	8.572	9.120	-6,0%
Custo de contrato concessão	10.169	8.919	14,0%
Provisão para manutenção	99	-1.750	-105,7%
Custo de construção	48.810	38.404	27,1%
Material, equipamentos e veículos	13.347	11.972	11,5%
Remuneração dos diretores	3.957	4.211	-6,0%
Serviço de consultoria jurídica	2.265	2.530	-10,5%
Depreciação do imobilizado	1.720	686	150,7%
Outros	30.483	9.500	220,9%
Custos e Despesas Ajustadas¹	126.010	100.256	25,7%

¹ Exclui Amortização, Receita de Construção e Depreciação. **Pessoal** – A Companhia promoveu ajustes no quadro de funcionários, mantendo o foco na eficiência operacional. **Amortização do Intangível** – O aumento da despesa de amortização está relacionado à retomada das obras do Lote 01, que resultou na ampliação da base de ativos amortizáveis e, consequentemente, no maior reconhecimento da amortização. **Serviços de terceiros** – Crescimento impulsionado por contratações de cartas fiança relacionadas à transação extraordinária. **Conservação de Revestimento Vegetal** – Houve uma intensificação na prestação de serviços de Conserva Verde. **Conservação do Pavimento Flexível** – Reflexo do reajuste anual contratual. **Serviço de Atendimento Hospitalar** – Redução obtida por meio de renegociação contratual e descontos aplicados em razão de acordos judiciais. **Custo do Contrato de Construção** – A variação é explicada pelo aumento do custo do seguro garantia, cujas taxas contratadas para 2025 foram superiores às do ano anterior. Soma-se a isso a verba de fiscalização reajustada anualmente e a ausência do estorno da provisão referente à Polícia Rodoviária Federal registrado em 2024. **Provisão de Manutenção** – Em 2024, a companhia realizou uma nova estimativa da provisão de manutenção, o que resultou em uma reversão no montante de R\$ 2.249 mil. **Custo de Construção** – A retomada das obras no Lote 01, foi a maior responsável pela variação do saldo, gerando impacto direto nos custos de construção. **Material, Equipamentos e Veículos** – Crescimento impulsionado por maiores gastos com materiais de sinalização e insumos de conservação. **Remuneração dos Diretores** – Redução vinculada à estruturação do quadro da Diretoria. **Serviços de Consultoria Jurídica** – Em 2025, ao contrário

4.8 Concessionária em números:

TABELA - RODOVIAS																	
Dados anuais																	
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.																
Nº de veículos que transitaram	Categoria Veículos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65	Especial	TOTAL
		7.553.289	799.373	76.108	623.097	12.869	401.992	278.774	937.685	250.564	415.034	5.310	284.704	69	64	-	1.1.638.932
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.																
Tarifa	Motocicletas, Motonetas Motorizadas R\$ 5,05; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 10,10; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R\$ 20,20; Automóvel e caminhonete com semirreboque R\$ 15,50; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R\$ 30,30; Automóvel e caminhonete com Reboque R\$ 20,20; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R\$ 40,40; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R\$ 50,50; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R\$ 60,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R\$ 70,70; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R\$ 80,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 90,90; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R\$ 101,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R\$ 111,10.																
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.																
Transito Médio Diário Equivalente	2.232																
Transito Médio Anual Equivalente	67.882																
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples , 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.																
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica																
Receita de Pedágio	231.810																
Custos associados às receitas de pedágio	158.391																
Fator Trabalho																	
Número de Trabalhadores	Administrativo	73	Operação	479	Conservação	150											
Despesas de Pessoal	11.861	23.352	18.149														
Fator Capital																	
Despesas de Depreciação/Amortização	443.322	O método de Depreciação é a Taxa fiscal.															
Ativo Líquido	665.338	Para a amortização, é a curva de tráfego respeitando o prazo de concessão da rodovia.															
Ativo Bruto	1.108.660																

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continuação ◀

da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa no 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaimento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o melhor. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **b.1) Contratos de concessão:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. **b.2) Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36% chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Adicionalmente em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsto nos CPC 25. **c) Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **e) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e CSLL correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos

que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O grupo determinou que os juros e multas relacionados ao IRPJ e à CSLL, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de IRPJ e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. **2.5.1 Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas vigentes a partir de 2025:** **2.5.1.1. Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2025. São elas: **• Alterações à IAS 21** – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade. **• Orientação Técnica OCPG 10** – Créditos de Carbono, Permissões de emissão (allowance) e Crédito de Descarbonização. **• Alterações ao CPC 02 (R2)** - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **• Alterações ao CPC 18 (R3)** - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09- Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. As normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não geram impactos nestas demonstrações contábeis. **2.5.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e IFRSs novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente. As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações contábeis: **• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7** - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. **• IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações. **As seguintes normas estão em fase de avaliação:** **• Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48- Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **• Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **• CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtópicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações Companhia, vide Nota Explicativa nº 2.5.1.3. **2.5.1.3 IFRS 18 – Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras:** Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças: **Classificação e apresentação de resultados:** **•** Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem. **•** Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma. **•** Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação. **Estrutura das demonstrações financeiras:** **•** Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento. **•** Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido, que passará a ser classificada nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. **Indicadores, métricas e covenants:** **•** Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional. **•** Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de covenants contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro. **•** Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs–Management Performance Measures) que poderão ser apresentadas nas demonstrações contábeis, conforme os novos requisitos de divulgação da norma. **Status atual e próximos passos:** Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais. **2.5.1.4. Normas IFRS 11 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima:** Em atendimento às Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos. ***Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade- CBPS:** Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa geral	290	540
Saldos bancários	13.732	12.639
Aplicações financeiras (i)	23.766	156
Total	37.788	13.335

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. (i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 100% Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

4. Contas a receber:

	2025	2024
Arrecadação de pedágio	13.842	12.259
Receitas acessórias	118	887
Outras receitas	19	–
Total	13.979	13.146
Circulante	13.979	12.341
Não circulante	–	805

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apresentava montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

5. Despesas antecipadas:

	2025	2024
Seguros a apropriar	1.699	1.587
Carta fiança a apropriar (i)	6.868	10.856
Total	8.567	12.443
Circulante	5.370	5.571
Não circulante	3.197	6.872

(i) Trata-se de gastos referentes as cartas fianças em razão da necessidade de garantir as execuções fiscais ajudizadas pela ANTT.

6. Partes relacionadas: Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas. Adicionalmente existem saldos de adiantamentos para mobilização e execução de obras reconhecidos em intangível em construção, conforme divulgado em Nota Explicativa no 8. A seguir, demonstram-se as transações de acordo com sua respectiva natureza seguir:

	Saldo ativo em Movimentação em			
	2025	2024	2025	2024
Controle acionário comum ao da Controladora	–	–	–	–
BRVias Holding TBR	548	–	548	–
Total – Não circulante	548	–	548	–

7. Imobilizado: Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.905	3.476	569	9.914	–	16.864
Adições	296	332	7	1.365	10	2.010
Baixas	(22)	(1)	(23)	(380)	(10)	(436)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.179	3.807	553	10.899	–	18.438
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.101)	(1.816)	(388)	(7.401)	–	(11.706)
Adição	(322)	(301)	(33)	(1.064)	–	(1.720)
Baixas	22	1	22	365	–	410
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.401)	(2.116)	(399)	(8.100)	–	(13.016)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	804	1.660	181	2.513	–	5.158
Saldo em 31 de dezembro de 2025	778	1.691	154	2.799	–	5.422
Taxas médias de depreciação %	20	10	10	20 De 10	a 20	–

Movimentação em 31 de dezembro de 2024:

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.645	3.419	613	11.301	1.995	19.973
Adições	376	265	32	4	1.526	2.203
Baixas	(108)	(202)	(70)	(1.391)	(1.429)	(3.200)
Transferências	(8)	(6)	(6)	–	(2.092)	(2.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.905	3.476	569	9.914	–	16.864
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.098)	(1.716)	(391)	(8.497)	(353)	(13.055)
Depreciação	(108)	(258)	(35)	(1.27)	(158)	(686)
Baixas	104	147	32	1.223	2	1.508
Transferências	1	11	6	–	509	527
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.101)	(1.816)	(388)	(7.401)	–	(11.706)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	547	1.703	222	2.804	1.642	6.918
Saldo em 31 de dezembro de 2024	804	1.660	181	2.513	–	5.158
Taxas médias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	–

a. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo; **b. Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

8. Intangível e ativo de contrato (intangível em construção): Movimentação em 31 de dezembro de 2025

	Movimentação do Intangível			Movimentação do Ativo de Contrato		Total do Intangível em
	Recuperação da rodovia (i)	Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)	Total do Intangível em construção (iii)	Intangível em construção (iv)	Adiantamento obras (v)	construção em (vi)
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.372	159.225	774.597	198.920	40.037	238.957
Adições (i)	8.180	2.527	10.707	25.356	40.916	66.272
Baixas	(186)	(97)	(283)	(28)	–	(28)
Transferências	22.038	21.664	43.702	(30.408)	(13.294)	(43.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	645.404	183.319	828.723	193.840	67.659	261.499
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(249.351)	(80.975)	(330.326)	(33.774)	–	(33.774)
Adição	(29.863)	(25.043)	(54.906)	(15.397)	–	(15.397)
Baixas	240	–	240	1	–	1
Transferências	797	(797)	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(278.177)	(106.815)	(384.992)	(49.170)	–	(49.170)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	366.021	78.250	444.271	165.146	40.037	205.183
Saldo em 31 de dezembro de 2025	367.227	76.504	443.731	144.670	67.659	212.329
Taxa de amortização %	13,0	13,0	–	13,0	–	–

Movimentação em 31 de dezembro de 2024

	Movimentação do Intangível		Movimentação do Ativo de contrato		Total do intangível em	
	Recuperação da rodovia (i)	Operação da rodovia/ melhoramentos (ii)	Total do intangível (iii)	Infra-estrutura a realizar (iv)	Adiantamento obras (v)	Total do intangível em construção (vi)
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	594.554	144.208	738.762	196.258	9.442	30.320
Adições (i)	19.082	668	19.750	9.330	–	22.089
Baixas	(837)	(12)	(849)	(4.218)	–	(4.218)
Reversão de Infraestrutura a realizar (ii)	–	–	–	(9.442)	–	(9.442)
Transferências	2.573	14.361	16.934	(2.450)	(12.372)	(14.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	615.372	159.225	774.597	198.920	–	40.037
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(227.634)	(60.463)	(288.097)	(20.655)	–	(20.655)
Amortização	(21.752)	(19.965)	(41.717)	(13.119)	–	(13.119)
Baixas	13	2	15	–	–	–
Transferências	22	(549)	(527)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(249.351)	(80.975)	(330.326)	(33.774)	–	(33.774)
Valor residual líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2023	366.920	83.745	450.665	175.603	9.442	30.320
Saldo em 31 de dezembro de 2024	366.021	78.250	444.271	165.146	–	40.037
Taxa de amortização %	9,65	9,65	–	–	–	–

(i) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados; (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais; (iii) A baixa de R\$ 4.218, refere-se a revisão da provisão de manutenção em decorrência das entregas de obras conforme cronograma PER; (iv) A transferência de R\$ 9.442, refere-se à encontro de contas com correlato Passivo na rubrica de "Obrigações com infraestrutura a realizar", em razão da extinção da obrigação correspondente; (v) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A., TCE Engenharia Ltda. e Consorcio TT-TBR

	Saldo passivo em		transação para o exercício	
	2025	2024	2025	2024
(i)	17.959	7.919	23.488	18.475

Controladora Triunfo Participações e Investimentos S.A. Controle acionário comum ao da Controladora Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda. (ii) 26 26 – – TCE Engenharia Ltda. (iii) – – 6.373 7.404 BRVias Holding TBR (iv) 4.888 4.888 – – Construtora Triunfo S.A. (iii) – – 2.382 107 **Total – Circulante** **22.873** **12.833** **32.243** **25.986** (i) O valor devido é composto por despesas com pagamento da estrutura de CSC, bem como remuneração por prestação de garantia fidejussória firmado entre as empresas em outubro de 2024.

continuação

individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessão está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2026 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem

10. Debêntures:

Emissora	Série	Debêntures emitidas	Vencimento	Valor
TBR	8a	275.400	25/03/2033	275.400
Circulante				
Não circulante				

Resumo da movimentação do inicial	2025	2024
Pagamentos (principal, juros e remuneração)	(50.065)	(45.255)
Despesas antecipadas	2.581	2.581
Juros	52.457	47.905
Total	321.923	316.950
A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM no 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Desta forma, conforme cronograma da dívida e carências vinculadas, até o término do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve apenas pagamento dos juros. Destaca-se ainda que os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches. Em 27 de março de 2023, foi incorporado o valor de juros R\$ 26.752 como principal de acordo com o contrato vigente. A Companhia necessita manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses, que antecedem a data-base da última demonstração financeira auditada e/ou informação financeira revisada, superior ou igual a 1,2x. Em 31 de dezembro de 2025 os índices estão dentro dos padrões exigidos, alcançando aproximadamente 1,97x. Referente ao custo de transação de R\$ 20.400 a companhia informa que o saldo restante a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 13.600. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:		
Vencimento	2025	2024
De 13 a 24 meses	26.319	48.544
De 25 a 36 meses	64.717	65.822
De 37 a 48 meses	68.378	75.293
De 49 a 60 meses	69.350	82.557
Acima de 61 meses	71.214	25.245
Total	299.978	297.461

11. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores diversos	25.419	31.346
Retenções (i)	11.245	10.659
Total	36.664	42.005
Circulante	34.608	28.588
Não circulante	2.056	13.417
(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.		
12. Impostos, taxas e contribuições:	2025	2024
ISS a recolher	1.238	3.908
PIS/Cofins – Faturamento	746	1.361
PIS/Cofins/CSLL – Terceiros	344	528
IRRF/INSS – Terceiros	295	292
Parcelamentos fiscais municipais (12.1)	84	–
Parcelamentos federais e previdenciários (12.1) (i)	14.134	13.530
Total	16.841	19.619
Circulante	8.006	10.273
Não circulante	8.835	9.346
(i) Valores sendo atualizados considerando a aplicação da Selic.		

12.1 Parcelamentos federais e previdenciários:

	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Parcelamento Federal simplificado PIS/Cofins	2.128	4.088	6.216	5.655
Parcelamento Municipal simplificado ISS	84	–	84	–
Parcelamento Federal simplificado IRPJ/CSLL	1.614	1.089	2.703	4.011
Parcelamento Federal simplificado IRRF/INSS	1.557	3.658	5.215	3.864
Total	5.383	8.835	14.218	13.530
Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:				
Vencimento	2025	2024		
2026	–	4.006		
2027	3.134	2.024		
2028	2.832	1.749		
2029 em diante	2.869	1.567		
Total	8.835	9.346		

13. Provisão para manutenção: Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICP 01 (R1), é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais

o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando os aspectos regulatórios vinculados, e utilizando uma taxa de desconto depois dos impostos variável em aproximadamente de 10,36% chegando a 9,78% no longo prazo até o término do prazo da concessão. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período. **Ativo de contrato (intangível em construção)** : O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das informações trimestrais. O valor do intangível em construção em montantes de R\$ 144.618 e de R\$ 165.146, em31 de dezembro de 2025 e 2024 respectivamente.

9. Empréstimos e financiamentos:

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Índice	Vencimento	2025	2024
CCB	15,02%	fixado	2026	329	1.147
Circulante				329	818
Não circulante (i)				–	329
(i) A vencer entre 13 e 24 meses.					
Resumo da movimentação	2025	2024			
Saldo inicial	1.147	2.168			
Pagamentos (principal, juros)	(1.014)	(1.282)			
Juros	196	261			
Total	329	1.147			

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 possuem taxa pré-fixadas com média ponderada de 15,02% a.a.

Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	2025	2024
(20.400)	255.000	IPCA + 12,06% a.a.	321.923	316.950
			21.945	19.489
			299.978	297.461

para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentadas ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Após revisão no cronograma das intervenções com base nas obras finalizadas e inclusão de novas obras no cálculo, concluindo desta forma para a reversão parcial da provisão para manutenção no período. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o período/exercício é como segue:

Resumo da movimentação	2025	2024
Saldo inicial	6.183	11.550
Adições	–	1.107
Reversão (i)	(90)	(6.474)
Saldo final	6.093	6.183
Circulante	1.223	748
Não circulante	4.870	5.435

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou a estimativa das provisões para manutenção considerando o avanço das obras de recomposição encerradas até esta data. Em 31 de dezembro de 2025, os investimentos programados em manutenções incluem recalapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

14. IRPJ e CSLL:	a. IRPJ e CSLL correntes:	Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. IRPJ e CSLL correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. b. IRPJ e CSLL diferidos:	OS IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 65.222 acumulados até 31 de dezembro de 2025 e R\$ 31.874 em 31 de dezembro de 2024. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.
------------------	---------------------------	--	--

c. IRPJ e CSLL diferidos – Ativo e passivo:

	2025	2024
Provisões	8.534	6.233
Prejuízo fiscal e base negativa	22.176	10.837
Intangíveis – Efeito temporário ICP 1 (R1)/IFRIC 12	(6.483)	(7.144)
Outros (i)	(18.977)	(16.050)
Total	5.250	(6.124)

(i) Estes valores são compostos por efeitos em relação à amortização linear do ativo intangível, bem como demais diferenças temporárias, conforme detalhamento a seguir nas movimentações dos impostos diferidos. **Movimentação do IRPJ e CSLL diferido em 31 de dezembro de 2025:**

	2024	Adições	Baixas	2025
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.838	11.339	–	22.177
Provisão para contingências	2.051	1.173	–	3.224
Provisão PLR	1.219	–	(48)	1.171
Outras provisões temporárias	860	1.209	–	2.069
Provisão de manutenção	2.102	–	(31)	2.071
Total ativo diferido	17.070	13.721	(79)	30.712
Passivo				
Adoção Lei no 12.973/14	(3.763)	–	460	(3.303)
Desp. Financ. art. 73 IN nº 1.515/14	(3.381)	–	201	(3.180)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(11.542)	(2.870)	–	(14.412)
Demais diferenças temporárias	(4.508)	(59)	–	(4.567)
Total passivo diferido	(23.194)	(2.929)	661	(25.462)
Total	(6.124)	10.792	582	5.250

(i) Valores se resumem a transferência de valores utilizadas em compensações ao longo do período, sendo estes tratados como transações não caixa conforme divulgado em Nota Explicativa no 28. **Movimentação do IRPJ e CSLL diferido em 31 de dezembro de 2024:**

	2023	Adições	Baixas	2024
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa da CS	10.548	3.069	(2.779)	10.838
Provisão para contingências	2.206	355	(510)	2.051
Provisão PLR	731	1.143	(655)	1.219
Outras provisões temporárias	94	766	–	860
Provisão de manutenção	3.927	134	(1.959)	2.102
Total ativo diferido	17.506	5.467	(5.903)	17.070
Passivo				
Adoção Lei no 12.973/14	(4.224)	–	461	(3.763)
Desp. Financ. art. 73 IN nº 1.515/14	(3.519)	–	138	(3.381)
Depreciação (linear x curva de tráfego)	(8.578)	(2.964)	–	(11.542)
Demais diferenças temporárias	(5.234)	(1.011)	1.737	(4.508)
Total Passivo diferido	(21.555)	(3.975)	2.336	(23.194)
Total	(4.049)	1.492	(3.567)	(6.124)

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	RS
De 1 a 4 anos	16.933
Acima de 5 anos	5.243
Total	22.176

d. IRPJ e CSLL – Resultado, – Reconciliação da alíquota efetiva:

Descrição	2025	2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(37.220)	5.682
Alíquota nominal	34%	34%
	12.655	(1.932)
	(1.282)	(142)
	11.373	(2.074)

Adições/exclusões permanentes

IRPJ e CSLL correntes	11.373	(2.074)
IRPJ e CSLL diferidos	11.373	(2.074)
	31%	36%

Alíquota efetiva

15. Bloqueio judicial e provisão para demandas judiciais e administrativas: a. **Bloqueio judicial:** A redução dos valores referentes aos depósitos judiciais de 2024 no montante de R\$ 34.451 para R\$ 9.483 em 2025, se deu em razão da utilização dos valores bloqueados para quitação das execuções fiscais ajuizadas pela ANTT. A Transbrasiliana continua atuando de forma efetiva junto ao Judiciário Federal visando o desbloqueio dos valores remanescentes. b. **Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. São provisionados os riscos e montantes que, na opinião da administração com base na opinião de assessores legais, são suficientes para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento, os saldos e movimentações da provisão são como segue:

	2025	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.564	1.471	6.035
Provisões	2.789	1.430	4.219
Pagamentos	(603)	(167)	(770)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.750	2.734	9.484
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.750	739	6.489
Provisões	2.057	1.180	3.237
Pagamentos	(1.767)	(210)	(1.977)
Reversões	(1.476)	(238)	(1.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.564	1.471	6.035
Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$ 157.296 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 124.925 em 31 de dezembro de 2024).			

	2025		2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	357	141.677	215	111.037
Trabalhistas	148	15.619	129	13.888
Total	505	157.296	344	124.925

O aumento verificado nas contingências cíveis e trabalhistas decorre, principalmente, do avanço das obras de duplicação da Rodovia BR-153/SP, especialmente, quanto ao início das obras do Lote 101. Ressalta-se que tais obras são realizadas através da atuação de colaboradores de empresas terceiras, envolvidos na execução dos serviços na via.

O aumento verificado nas contingências cíveis e trabalhistas decorre, principalmente, do avanço das obras de duplicação da Rodovia BR-153/SP, especialmente, quanto ao início das obras do Lote 01. Ressalta-se que tais obras são realizadas através da atuação de colaboradores de empresas terceiras, envolvidos na execução dos serviços na via.

16. Outras contas a pagar:

	2025	2024
Seguros a pagar	348	9.800
Parcelamento ANTT (i)	7.036	7.739
Outras contas a pagar	872	1.195
Total	8.256	18.734
Circulante	2.979	12.562
Não Circulante	5.277	6.172
(i) Os valores vinculados aos parcelamentos são atualizados perio-		

dicamente considerando como índice de correção a Selic em cada competência. **16.1 Parcelamento ANTT:**

	2025		2024	
	Não			
	Circulante	Circulante	Total	Total
Parcelamento ANTT	1.759	5.277	7.036	7.739
Total	1.759	5.277	7.036	7.739

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	2025	2024
2025	–	1.567
2026	1.759	1.543
2027	1.759	1.543
2028	1.759	1.543
2029	1.759	1.543
Total	7.036	7.739

17. Patrimônio líquido: a. **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia era de R\$ 283.956, totalmente integralizado, representado por 428.071.224 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 500.000. b. **Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31 de dezembro de 2025, o acionista controlador realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia, a título de futuro aumento de capital não reversíveis no montante de R\$ 42.170, os quais permanecem pendentes de integralização ao capital social na presente data. c. **Resultado por ação:** O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado por ação básico e diluído
--

31 de dezembro de 2024	3.608	428.071.224	0,00843
31 de dezembro de 2025	(25.846)	428.071.224	(

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **[www.datamercantil.com.br/publicidade legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)**

